

## **11.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas**

**07.07.2016**

**Ponto Único**

### **POLÍTICAS CULTURAIS E CENTRO CULTURAL DA MALAPOSTA**

Iniciaria esta minha intervenção, sublinhando igualmente que estamos aqui hoje a travar este importante debate por iniciativa da CDU, iniciativa essa que foi prontamente acompanhada pelo BE e pelo CDS. O PS, em convergência com o PSD, tudo fez para impedir a realização de um verdadeiro debate em torno da política cultural do Município e em especial da questão da privatização da Malaposta. Tudo fez para, uma vez mais, avançar “a mata-cavalos” para uma concessão/privatização, sem suscitar previamente, como lhe competia e era seu dever, o necessário debate alargado sobre o assunto.

Tinha razão a CDU, quando em março de 2013, na apresentação da sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Odivelas, se afirmou que o PS tinha transformado a Câmara Municipal num escritório de negócios ao serviço dos interesses de lucro privado e das clientelas. E aí está mais um episódio, de uma novela que já vai longa, a dar-nos novamente razão.

A decisão de entregar a privados a exploração do Centro Cultural da Malaposta constitui um acontecimento de enorme relevância política local, um verdadeiro retrocesso em matéria de políticas locais de cultura, com consequências absolutamente imprevisíveis.

Com esta alteração de fundo, PS e PSD assumem taxativa e explicitamente que a cultura deixará de ter importância estratégica, passando, uma vez mais, a ser concebida como mero elemento ornamental para animar um período estival ou um qualquer outro com importância no calendário... A cultura passará a ser mais uma área subalternizada e subestimada, como tantas outras existentes em Odivelas.

E é este mesmo PS local, que ainda tem a desfaçatez, de andar por aí a enaltecer as perspetivas do atual governo em matéria de municipalização da cultura. E é este mesmo PS local que se assume inteiramente disponível para a gestão do património cultural existente no concelho, nomeadamente o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo. Será que também pretendem – no caso do poder central vir efetivamente a transferir novas responsabilidades para a autarquia – “à posteriori” avançar para um novo processo de privatização e concessão destes imóveis? Será que, por detrás de todo o vosso entusiasmo e disponibilidade já expressa, não existirá também um perspetiva futura de negócio, desta feita associada ao turismo?

Mas desengane-se, porém, quem julgar que a solução engendrada pelo PS para a Malaposta, com a usual anuência subserviente (tácita e tática) do PSD, é algo de

relativamente recente. Esta solução ficou logo acordada em 2013 e, embora nunca apresentada ou discutida publicamente, foi-se construindo, da pior forma possível, a partir do próprio processo de extinção da Municpália.

Voltaram a seguir, escrupulosamente – o tão apreciado pelo PS e PSD – “Manual para Privatizar um Serviço Público”:

- 1- Para além de todas as questões associadas ao processo de extinção da Municpália, deixaram de investir nos recursos, meios e programação do Centro Cultural da Malaposta, originando, deliberadamente, uma diminuição/deterioração significativa da qualidade do serviço prestado.
- 2- Entretanto foram procurando convencer a população que esse mesmo serviço público apenas se tinha deteriorado porque sob gestão direta da autarquia era inviável, foram procurando convencer a população que a “solução” encontrada pelo executivo era a possível, ou melhor, era absolutamente inevitável, não restando outras alternativas. Isto recorrendo a falácias argumentativas diversas para sustentar a privatização/concessão, bem como até à encomenda (como convém nestes casos...) de mais um estudo de natureza financeira feito à medida.
- 3- E, por fim, para o assunto ficar “arrumado”, só fica mesmo a faltar, como ocorre em tantas outras situações similares, que entreguem a exploração do Centro Cultural a uma empresa “amiga”.

A Malaposta, o equipamento e, a AMASCULTURA, a estrutura intermunicipal que lhe deu vida, e o próprio Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett, foram uma das mais revigorantes, inovadoras e ambiciosas propostas socioculturais e artísticas do País. Uma proposta local inédita de democratização cultural, que assegurava o acesso generalizado à livre criação e fruição culturais. Um marco em termos de projeto/formato municipal de ação cultural, no qual vigorou a assunção do teatro, das artes plásticas, do cinema, da dança, da literatura, da poesia, da música... como Serviço Público.

É bom referir, para memória futura, que a AMASCULTURA foi extinta por opção política do PS. Em 2002, três dos quatro municípios fundadores eram geridos pelo PS, assim como o recém-criado concelho de Odivelas, que só passou integrar a Associação Intermunicipal unicamente por ter “herdado” a localização deste importante equipamento no seu território.

Aqui chegados, e como em matéria de gestão e privatização do Centro Cultural Malaposta está quase tudo por explicar, exigimos que se prestem aqui hoje esclarecimentos cabais sobre todo este processo, nomeadamente os seguintes:

1. O Presidente da Câmara Municipal ou algum dos Vereadores obteve, em algum momento anterior, da parte de ex-funcionários ou ex-dirigentes/responsáveis da Municpália alguma manifestação informal de interesse dos próprios numa eventual

candidatura a um concurso de concessão/privatização da gestão do Centro Cultural Malaposta?

2. Após a extinção da Municipalidade e até à presente data como foi assumida e como avaliam a direção artística do Centro Cultural Malaposta?
3. Nos últimos dois anos qual foi a despesa do Município com a programação do Centro Cultural Malaposta? E qual foi a despesa média com a Programação do Centro Cultural nos últimos anos da Municipalidade?
4. Com que antecedência ficou definida toda a Programação para 2016? E para 2017, o que ficou definido em matéria de Programação Cultural?
5. Desde 2002, qual o valor total investido pelo Município na melhoria das condições de visitação e de fruição do Centro Cultural da Malaposta?

Nesta decisão, os políticos locais do PS e do PSD que a tomaram, não estiveram à altura dos cargos que ocupam, nem do riquíssimo património imaterial e material que a autarquia herdou da AMASCULTURA e mesmo do Centro Dramático Intermunicipal Almeida Garrett.

Não nos cansaremos de repetir que é preciso ter cara de pau para se tomar esta decisão e ainda apresentá-la em nome do serviço público e como benefício para o concelho.

A entrega do Centro Cultural da Malaposta – um espaço ímpar e vital para a intervenção pública – à iniciativa privada, à lógica do lucro, não corresponde às necessidades do Concelho e revela manifestamente falta de sentido de serviço público e incompetência política. Constitui uma verdadeira afronta ao enorme potencial da Malaposta, ao seu legado, história e objetivos. Revela uma visão limitada, vazia e pobre da Cultura.

Temos a firme convicção de que população do concelho de Odivelas, mais cedo que tarde, saberá criar todas as condições para que esta decisão profundamente lesiva do interesse público venha a ser travada e revertida... O Centro Cultural Malaposta deve permanecer ao pleno serviço do concelho e da cultura, com uma estratégia de programação cultural definida pela autarquia, em cooperação com as associações e agentes culturais e a CDU não deixará de estar na linha da frente por essa exigência.

Tudo faremos em defesa da gestão pública do Centro Cultural da Malaposta.

Tudo faremos em defesa do acesso generalizado das populações à fruição dos bens e das atividades culturais.

Tudo faremos para que a cultura, enquanto fator de desenvolvimento e emancipação, volte a estar no centro das políticas locais.

Odivelas, 7 de Julho de 2016

Os eleitos da CDU na  
Assembleia Municipal de Odivelas